

A importância do acesso ao ensino superior em Florianópolis relacionado ao ganho monetário perpétuo dos estudantes do Projeto de Educação Comunitária Integrar no ano de 2015

Bianca Trevisani Cadore – biancatcadore@hotmail.com
Gestão de Negócios, Controladoria e Finanças Corporativas
Instituto de Pós-Graduação - IPOG
Florianópolis, SC, 12 de junho de 2016

Resumo

O desenvolvimento social e econômico de um país possui uma ligação harmônica com o ingresso dos estudantes ao ensino superior. O objetivo deste estudo é quantificar, de forma monetária, através do cálculo da perpetuidade, o benefício agregado a cada estudante do Projeto de Educação Comunitária Integrar formado no ensino superior em Florianópolis. A falta de estímulo de educação voltada ao terceiro setor das universidades e instituições de pós-graduação para com os estudantes de cursos das ciências exatas e similares, trouxe a autora à esta pesquisa. A metodologia utilizada foi documental e exploratória. Os dados sobre a renda dos trabalhadores de Florianópolis com ensino superior foram extraídos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), já a renda per capita dos estudantes do Projeto de Educação Comunitária Integrar foi fornecida pela própria instituição. O resultado revela que o benefício agregado a cada estudante deste projeto é de quase meio milhão de reais ao longo de sua vida. A conclusão delineada aponta a importância de maiores incentivos quanto ao ingresso e acesso dos estudantes ao ensino superior.

Palavras-chave: *Economia Solidária. Ensino Superior. Controladoria. Perpetuidade.*

1. Introdução

A educação e o desenvolvimento social sempre caminharam juntos. A cultura de um povo é internalizada pela educação recebida e esta se fundamenta na cultura que está se formando, ou seja, cultura e educação também se entrelaçam a ponto de ser impossível separar uma da outra. Quanto mais plural, transgressora e democrática for esta educação, mais estável e hegemônica será esta cultura.

A dialética deste estudo visa trazer questões do meio socioeconômico para dentro do ramo corporativo. É com base na percepção da falta de conteúdo econômico solidário e de desenvolvimento social do corpo docente especializado em áreas como Administração, Controladoria e Finanças que houve o despertar e interesse pela pesquisa.

No Brasil, o campo de estudos do terceiro setor é ainda muito novo e experimentado em poucas áreas de conhecimento, principalmente aquelas com enfoque em ciências exatas. “Ainda é pequena a preocupação em adequar o estudo da gestão às singularidades próprias deste tipo de organização”, afirma (TEIXEIRA, 2004:11 apud ARAÚJO, NETO e FREGONESI, 9).

Liesenbergs descreve que

A expressão *terceiro setor* denomina um campo formado por atividades que falam em nome do interesse público, sem fins lucrativos e desenvolvidas pela sociedade civil. O *setor* inclui ações realizadas por diferentes tipos de organizações e associações civis e não governamentais, movimentos sociais, formas tradicionais de ajuda mútua, além de iniciativas isoladas desenvolvidas pela população, e de investimentos filantrópicos de empresas privadas, mais recentemente ressignificados, por vezes, como ações de “responsabilidade social”.

Às suas iniciativas caberia o papel de apontar deficiências dos outros dois setores – o Estado e o mercado – mas principalmente de compensá-las, visando o atendimento de demandas não cobertas ou delegadas por aqueles. Como atuação privada voluntária, seu discurso e promoção baseiam-se em valores e pressupostos como solidariedade, ajuda mútua, colaboração, cooperação, altruísmo e atenção aos necessitados, além da idéia de fortalecimento da sociedade civil, “participação cidadã” e cidadania. (LIESENBERG, 2006).

O Terceiro Setor é o “espaço da economia ocupado especialmente pelo conjunto de entidades privadas, sem fins lucrativos, que realizam atividades complementares às públicas, visando a contribuir com a solução de problemas sociais orientada ao bem comum”, complementa Mañas e Medeiros (2012:20).

Nota-se uma deficiência na gestão como um fator restritivo a um maior desenvolvimento do Terceiro Setor, segundo Teixeira (2004).

As deficiências na gestão organizacional destas entidades, a pressão para buscarem sua auto-sustentação financeira, a escassez de apoio técnico e a grande diversidade de membros que compõe suas estruturas são restrições a um maior desenvolvimento do terceiro setor. Para reverter tal estado de coisas, uma grande parte de estudiosos do tema alerta para a necessidade de profissionalizar a gestão dessas instituições, ponto em que os conhecimentos e os princípios da Ciência da Administração podem dar uma significativa contribuição para o desenvolvimento do setor social (TEIXEIRA, 2004:7, apud ARAÚJO, NETO e FREGONESI, 3).

A amplitude de conhecimento e interesse dos cidadãos em ações públicas e de responsabilidade social, resultará em um grande avanço nessa área, que, por consequência, se preocupará com políticas inclusivas, oportunidades iguais e acesso à todos ao ensino superior. O Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1992 garante este direito no seu artigo 13, que reconhece “A educação de nível superior deverá igualmente tornar-se acessível a todos, com base na capacidade de cada um, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito.” BRASIL. Decreto n° 591, de 06 de Julho de 1992.

Pacarella e Terenzini (2005, apud FELICETTI, CABRERA e COSTA-MOROSINI, 2014, p. 29) apontam evidências que sugerem que uma formação de nível superior não somente proporciona ganhos em conhecimento, em pensamento crítico, reflexivo e sofisticado, mas também influencia na natureza da vida dos filhos dos graduados.

De acordo com o relatório “Education and Training Monitor 2012”, o benefício público da formação no ensino superior nos países da Europa, exceto Eslovênia, supera de duas a três vezes os custos públicos com esta mesma formação. (EDUCATION AND TRAINING MONITOR, 2012:11). N.E.N.R.

Este estudo, realizado em Florianópolis com base de dados de 2015, procura demonstrar, através do cálculo financeiro de perpetuidade, a significância medida de forma monetária que o ensino superior agrega à vida de cada estudante formado. Esta disposição monetária retorna para a comunidade promovendo um ciclo de desenvolvimento, geração de riqueza e fortalecimento da economia.

Esta pesquisa se estendeu ao Projeto de Educação Comunitária Integrar, que forneceu dados sobre a renda geral dos seus estudantes, tornando estes cálculos mais próximos da realidade brasileira. Estes estudantes representam boa parte dos cidadãos brasileiros, na qual a falta de oportunidade e condições financeiras geram um impasse ao acesso para o ensino superior.

2. Plano Teórico

2.1 Educação Comunitária

A educação é um fenômeno complexo, observado em qualquer sociedade, de cunho político e cultural, responsável pelos princípios e valores que concederão aos educandos uma visão de mundo e de sociedade. “É a formação consciente das novas gerações segundo os ideais de cultura de cada povo” (MICHAELIS ONLINE, 2009).

O contexto das grandes transformações sociais das últimas décadas do século XX, trouxe para discussão e votação da Constituição de 1988, um estilo de educação que remonta às próprias origens da educação no Brasil, segundo Ahlert (2010). A educação comunitária não possui caráter interdisciplinar, ela é formada por um “mosaico de experiências, teorias e práticas” (GADOTTI, 2012:02), que integram e incluem os estudantes para que estes se tornem cidadãos emancipados. “São perspectivas sérias e consistentes da educação que não nasceram de divagações acadêmicas, mas da prática social.” (GADOTTI, 2012:4). É um movimento de mudança que parte da unidade escolar, mas que é construída com o intuito da vivência da cidadania participativa. Tem uma perspectiva interna e externa à escola, envolvendo uma educação significativa a partir da realidade, expõe (DA SILVA, 2008, 1). Seu objetivo, “é o desenvolvimento do “sujeito coletivo”, isto é, de pessoas que se compreendam em meio à coletividade, que se tornem co-responsáveis pelas ações, relações, conflitos e decisões que ocorrem na comunidade.” (KLIEN, 2011).

Os objetivos da educação comunitária, segundo Klien (2011), são focados no contexto geral das relações escola x família e escola x demais instituições. Os interesses da comunidade passam a fazer parte dos interesses escolares, do currículo e do trabalho pedagógico, transformando, de maneira ampla, a educação em educação-cidade. Para este tipo de educação, estudantes se tornarão cidadãos, farão parte de um todo, se preocuparão com o bem estar, valorizarão os recursos naturais, os bens culturais, as práticas regionais, etc.

A relação dialética entre indivíduos, na qual todos podem contestar, contribuir, ter a liberdade para expor suas ideias, de forma a não aceitar as informações de forma passiva, é a proposta da educação comunitária. A mola propulsora da educação deve ser a possibilidade de situações de participação, na qual haverá, portanto, uma relação dialética e ativa entre os indivíduos, segundo Marques et al. (2009:64).

Paulo Freire ainda salienta que

A primeira característica dessa relação é a de reflexão do homem face à realidade. O homem tende a captar uma realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos. Assume a postura de um sujeito cognoscente de um objeto cognoscível. Isto é próprio de todos os homens e não privilégio de alguns (por isso a consciência reflexiva deve ser estimulada: conseguir que o educando reflita sobre sua própria realidade. Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e, com seu trabalho, pode criar um mundo próprio: ser eu e suas circunstâncias (FREIRE, 1983, p. 30, apud MARQUES, 2009, 65).

A expansão e crescimentos dos cursinhos pré vestibulares alternativos, destinados à acolher segmentos específicos da população e com propósito de promover maior inclusão e oportunidade de acesso ao ensino superior, é uma ação afirmativa. “Ampliar o leque de opções para a construção de uma sociedade justa e democrática, adotando estratégias de intervenção que privilegiam grupos sociais em desvantagem”, também é uma característica destas instituições, completa (MITRULIS e PENIN, 2006: 270).

O Projeto de Educação Comunitária Integrar, fundado em Florianópolis, acredita que a educação tem um papel imprescindível na transformação do ser humano e, conseqüentemente, da sociedade. Para isso, busca sedimentar um caminho diferente do trilhado pelos pré-

vestibulares tradicionais, valorizando e estimulando o olhar crítico, a formação cultural e o espírito solidário dos estudantes. O projeto luta para que mais trabalhadores e trabalhadoras, mais jovens e adultos de camadas sociais excluídas ocupem as salas de aula das universidades e as transformem também. Busca envolver o estudante com os princípios da educação popular e da cidadania em seu sentido mais profundo, possibilitando, através da educação comunitária, reconhecimento e valorização das diferenças, assim como suporte para a sua permanência da universidade. (<http://www.projetointegrar.org/objetivos-projeto-integrar/>).

2.2 Economia Solidária

A administração é uma arte e sua verdadeira competência exige conhecimentos variados que intitulamos como um conjunto de “experiências”. Essas experiências, quando tomadas de um ponto de vista coletivo, solidário e democrático, tendem a ser mais certas, compensatórias, duradouras e atingem positivamente uma maior quantidade de envolvidos, afirma Singer (2003).

Seligman (1969) evidencia que a interpretação da economia da História, não pretende afirmar que os fenômenos da vida humana ou da vida social partem de um princípio econômico financeiro. É um erro “supor que a teoria da interpretação econômica possa ser posta de lado, apenas reafirmando a suposta afirmação de que a vida econômica é geneticamente anterior à vida social ou mental.” (SELIGMAN, 1969, 13).

“Um estudo efetuado por Abramovay e seus colegas conclui que a ausência de serviços financeiros mais coletivos, baratos e impessoais dificulta o planejamento das atividades econômicas e a organização da vida financeira doméstica dos pobres.” (BURIGO, 2010, 137). Esta dificuldade acontece em função da falta de liquidez, moeda corrente, de seus bens, por estes estarem concentrados em forma não monetária e não fracionária, tendo, estas famílias, que vender seus ativos inteiros; como por exemplo um boi ou um terreno, para que possam suprir alguma necessidade financeira. O que se observa também é um grande nível de endividamento entre pessoas com baixa renda assalariadas. A garantia do salário estimula compras a longo prazo, porém as compras em demasia e os encargos financeiros acabam atrapalhando e comprometendo a renda futura. (BURIGO, 2010:137).

Burigo afirma ainda que

As finanças solidárias relacionam o trabalho de intermediação financeira a objetivos políticos que estão vinculados à ideia da transformação econômica, da conquista de direitos e da melhoria das condições de vida para os segmentos oprimidos. Assim, quando a denominação solidária é agregada ao termo finanças, a questão está sendo normalmente conduzida ao campo do “paradigma emancipatório”. (BURIGO, 2010, 183 e 184).

A Economia Solidária, de maneira ampla, favorece a democratização da gestão cooperativa na realização de atividades de produção de bens e serviços, distribuição, consumo e finanças. Procura na valorização do ser humano, do trabalho e na autogestão, a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras, de acordo com o 01º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019, p. 3)

Esta mesma iniciativa menciona que

Ao considerar o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica, a economia solidária aponta para uma nova estratégia de desenvolvimento, antagônica ao capitalismo, e que se expressa em diferentes dimensões: democratização da gestão da atividade econômica; justa distribuição dos resultados alcançados; participação junto à comunidade local em processos de desenvolvimento sustentável; preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e com a preservação do meio ambiente; e relações com outros movimentos sociais e

populares de caráter emancipatório (01º PLANO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015-2019:3).

Segundo Singer (2002), a economia solidária foi pensada como uma resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em seu formato de economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar, sejam eles de todas as classes econômicas apresentadas em nosso país. Ela foi concedida para “proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc, uma vida melhor.” (SINGER, 2002).

Barbosa, seguindo esta mesma linha de raciocínio, complementa que

As políticas públicas de proteção social e de trabalho têm seus fundamentos na contradição inerente à incapacidade do capitalismo de resolver os dramas sociais advindos do conflito de acumulação e apropriação de riquezas - que são produzidos socialmente -, ao mesmo tempo em que tais políticas são fruto histórico e social de possibilidades civilizatórias e campo de expressão das lutas sociais do trabalho. (BARBOSA, 2007, 194).

Economia a partir do coração, economia e humanidade, finanças solidárias ou economia da dádiva são outros nomes dados ao mesmo formato de gestão. “A economia a partir do coração é aquela que segue o caminho da “cooperatividade” em vez da competitividade, da eficiência sistêmica em vez da eficiência apenas individual, do “um por todos e todos por um”, em vez de “cada um por si”. (QUINTELA e ARRUDA, 2003, 317).

2.3 Controladoria

Caggiano e Figueiredo mencionam que

O aumento da complexidade na organização das empresas, o maior grau da interferência governamental por meio de políticas fiscais, a diferenciação das fontes de financiamentos das atividades, a percepção das necessidades de consideração dos padrões éticos na condução dos negócios e, principalmente, a demanda por melhores práticas de gestão, criando a necessidade de um sistema contábil mais adequado para um controle gerencial mais efetivo, tem sido, entre outras, algumas das razões para que a responsabilidade com o gerenciamento das finanças das empresas tenha aumentado de importância dentro do processo de condução dos negócios (CAGGIANO e FIGUEIREDO, 1997).

Considerando estas razões, nasce a controladoria. A Controladoria, enquanto ramo do conhecimento, é responsável por assegurar a otimização do resultado econômico da organização. Ela promove a eficácia organizacional, viabiliza a gestão econômica e promove a integração das áreas de responsabilidade, afirma Catelli (2001).

“Pode-se entender controladoria como o departamento responsável pelo projeto, elaboração, implementação e manutenção do sistema integrado de informações operacionais, financeiras e contábeis de uma determinada entidade, com ou sem finalidades lucrativas.” (OLIVEIRA, 1998, 19).

Oliveira (1998:19) complementa ainda que uma controladoria eficaz e eficiente está na capacidade do *controller* em oferecer, de forma organizada, dados e informações relevantes a fim de que influenciam na decisão dos gestores da organização.

As pessoas é que criam, transformam e conduzem as organizações. O comportamento individual e os resultados de uma organização são consequências das ações humanas ali presentes. O plano operacional é atribuído à todos que fazem parte da organização, o controle sistêmico dos resultados do operacional é exercido pelos gestores e a “mensuração das diretrizes

do planejamento e sua transformação em planos operacionais, além da mensuração e sistematização do controle dos resultados da execução, são atribuições da controladoria.” (NASCIMENTO e REGINATO, 2009, 37 e 38).

Em uma visão contábil, afirma-se que

O controle em doutrina contábil é uma ação de fiscalização sobre as ocorrências de fatos patrimoniais, diretas e indiretas, exercidas através de estabelecimento de medidas de previsão, organização e regulamentação, com o fim de ensinar, de forma minuciosa, a informação sobre fatos ocorridos, fundamentada em expectativas, resoluções, normas, convenções e rotinas de trabalho. (SÁ, 2009, 250).

É a controladoria que permitirá ao *controller* o planejamento estratégico, com base nas informações por ele apuradas e sua dose de sensibilidade intuitiva para correta identificação das ameaças e oportunidades do ambiente como um todo, fazer projeções precisas, perceber a real situação da organização diária ou periodicamente, calcular a necessidade ou não de empréstimos e, neste caso qual das opções será a mais vantajosa, obter análises financeiras complexas, entre outros. Percebe-se, portanto, a importância de um sistema e método de Controladoria para organizações com ou sem fins lucrativos.

2.3.1 Perpetuidade

Perpetuidade, de uma maneira geral, é a “característica do que é perpétuo (eterno); de grande duração; de duração infinita: perenidade.” (DICIO ONLINE, 2009-2016).

Em controladoria, utiliza-se um indicador financeiro designado perpetuidade que “proporciona um rendimento fixo perpétuo”, explica (NUNES, 2016). A perpetuidade mede a projeção do objeto estudado, considerando que ela continuará existindo e rendendo para sempre. “É uma anuidade que dura um tempo infinito. Muito utilizado para calcular o valor de uma empresa.” (BRANDÃO, 2005). É o valor presente de um fluxo de caixa perpétuo.

Neto afirma que

O horizonte de tempo adotado na avaliação de empresas é normalmente separado em dois grandes intervalos: período explícito e período residual (perpetuidade). O período explícito equivale aos fluxos de caixa de projeção previsível, sustentando geralmente um retorno do custo de oportunidade. O período residual, por outro lado, é a perpetuidade da projeção, onde não é possível identificar os detalhamentos dos fluxos de caixa para cada período. A importância de um conhecimento mais amplo da perpetuidade é essencial na avaliação de empresas no atual ambiente de negócios, principalmente em razão do valor da empresa ser constituído, em parcela expressiva, pelo seu valor residual.” (NETO).

Assim, percebendo um comportamento geral de alunos de cursinhos gratuitos, inclusive alunos do Projeto Integrar, quanto à desistência da frequência às aulas, traz-se este modelo de projeção como um estímulo à continuação do curso pré vestibular até sua finalização.

3. Método

A metodologia utilizada nesta pesquisa teve abordagem documental, que tem função de formar e esclarecer um conteúdo, elucidando uma questão de acordo com o propósito da pesquisadora. “A análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse” (CAULLEY, 1986:38 apud SÁ-SILA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009:3).

A pesquisa foi desenvolvida como trabalho de conclusão de curso do MBA de Gestão de Negócios, Controladoria e Finanças Corporativas, da IPOG Florianópolis.

O Projeto Integrar forneceu os dados da renda familiar per capita dos estudantes de curso extensivo e semiextensivo do ano de 2015. Estes dados foram informados pelos próprios alunos no início do curso. A instituição entrevistou 174 alunos do curso extensivo e 102 alunos do curso semiextensivo. Cada aluno informou a somatória da renda familiar das pessoas que residem em sua casa e a quantidade de moradores.

Foram coletados e analisados dados do IBGE para se ter o rendimento médio nominal, habitualmente e efetivamente recebido, do trabalho principal e de todos os outros trabalhos, por nível de instrução, dos trabalhadores e trabalhadoras de Florianópolis/SC, no ano de 2015. Estes dados serviram de base para se ter o conhecimento da renda média salarial dos trabalhadores e trabalhadoras com ensino superior ou equivalente completo da cidade em que o projeto é realizado.

Para fundamentar este estudo, foi utilizado o índice de perpetuidade, na qual visa, por intermédio de cálculo financeiro, um benefício monetário perpétuo em função da alteração do nível de instrução; de ensino médio completo para ensino superior completo.

Considera-se que a alteração do nível de escolaridade, para todos os indivíduos, agrega um valor fixo perpétuo, que, nesta pesquisa, foi mensurado em forma de valor monetário/renda salarial.

Copeland et al (2002:273 aput CUNHA, IARA e RECH, 2014:9), são claros quando explicam que “o valor econômico de uma empresa em continuidade, é obtido pela soma dos fluxos de caixa trazidos a valor presente de um período de previsão explícita, com o de um com previsão não-implícita (perpetuidade).” Pode-se acrescentar que “o método da perpetuidade considera que o fluxo de caixa do período analisado estende-se infinitamente.” (CAVALCANTI e ZEPELINI, p.4).

^aUm dos componentes de um fluxo de caixa a ser descontado é o valor residual. O valor residual corresponde ao valor de um projeto no último ano de um período de análise.” (CAVALCANTI, p.5).

Neste objeto de estudo, ao invés de serem considerados fluxos de caixa, estão sendo ressaltados os valores monetários de renda salarial. Trazidos para a situação em discussão, o valor residual é o valor do benefício monetário agregado à renda em função da formação no ensino superior.

A fórmula para o cálculo da perpetuidade é demonstrada abaixo.

$$\text{Valor da perpetuidade} = \frac{\text{Rendimento Anual Fixo}}{\text{Taxa de Desconto}}$$

É interessante ressaltar a dificuldade da autora em encontrar material bibliográfico que fazem referência entre perpetuidade e medição de bem estar social, sendo que somente foram encontrados referências de perpetuidade calculando fluxos de caixa corporativos.

4. Análise dos Dados

O número total de alunos participantes da pesquisa somou 276, sendo 174 estudantes do curso extensivo e 102 do curso semiextensivo. Não se percebeu a necessidade de realizar o cálculo para cada curso em separado.

Primeiramente foi calculada a renda per capita de cada aluno, com base na renda média familiar e na quantidade de moradores. Após obtido o valor individual, calculou-se a média aritmética das rendas de todos os estudantes e obteve-se o total geral. A renda média per capita

dos estudantes do Projeto Integrar no ano de 2015 foi de R\$ 633,95, como pode ser observado na tabela 01.

Curso Projeto Integrar	Rendimento médio por aluno	
Extensivo	R\$	560,62
Semiextensivo	R\$	707,27
Total	R\$	633,95

Tabela 1 – Renda média dos estudantes do Projeto Integrar modalidade extensivo x semiextensivo
Fonte: Projeto de Educação Comunitária Integrar (2015)

Os dados acerca do rendimento médio nominal, habitualmente e efetivamente recebido, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por níveis de instrução, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) (2015) mostram que a média geral do rendimento para trabalhadores e trabalhadoras com nível superior ou equivalente completo em Florianópolis no ano de 2015 foi de R\$ 4.659,00 per capita, conforme tabela 02.

Nível de Instrução	Trimestre 2015				Resumo Anual 2015
	Jan-Mar	Abr-Jun	Jul-Set	Out-Dez	
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	R\$ 1.713	R\$ 1.305	R\$ 1.563	R\$ 1.715	R\$ 1.574
Fundamental ou equivalente incompleto	R\$ 1.445	R\$ 1.532	R\$ 1.610	R\$ 1.645	R\$ 1.558
Fundamental ou equivalente completo	R\$ 1.499	R\$ 1.630	R\$ 1.698	R\$ 1.695	R\$ 1.631
Médio ou equivalente incompleto	R\$ 1.338	R\$ 1.464	R\$ 1.672	R\$ 1.337	R\$ 1.453
Médio ou equivalente completo	R\$ 2.126	R\$ 1.961	R\$ 1.964	R\$ 2.312	R\$ 2.091
Superior ou equivalente incompleto	R\$ 2.086	R\$ 2.515	R\$ 2.019	R\$ 1.985	R\$ 2.151
Superior ou equivalente completo	R\$ 4.613	R\$ 4.563	R\$ 4.750	R\$ 4.710	R\$ 4.659

Tabela 2 – Rendimento médio anual, habitualmente e efetivamente recebido, do trabalho principal e de todos os trabalhos, por nível de instrução
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2015)

Nota-se que há uma discrepância significativa entre a renda média dos estudantes do Projeto, que possuem obrigatoriamente o ensino médio completo, para com os demais cidadãos residentes em Florianópolis também com ensino médio completo.

Com base na renda dos estudantes do Projeto Integrar do ano de 2015 e na renda média dos trabalhadores e trabalhadoras formados no ensino superior em Florianópolis também do ano de 2015, obteremos o valor deste benefício mensurado de forma monetária, através do

cálculo da perpetuidade. A perpetuidade, neste estudo, calcula a expectativa de retorno financeiro que agregará ao estudante quando formado em ensino superior.

Foi utilizada a inflação do ano de 2015 como a Taxa de Desconto. A inflação oficial, com base do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) foi de 10,67%, segundo o IBGE.

A diferença entre a renda média dos trabalhadores e trabalhadoras com ensino superior completo em Florianópolis, para com a renda média per capita dos estudantes do projeto Integrar, totaliza R\$ 4.025,05 no mês ou R\$ 48.300,60 no ano. Este é o valor do rendimento anual fixo.

Divididos o valor do rendimento anual fixo pela taxa de inflação do ano de 2015 (10,67%), obtém-se o valor da perpetuidade, que totaliza R\$ 452.676,67. Ou seja, este é o valor do benefício monetário que cada estudante do Projeto Integrar receberá, para sua vida, em Florianópolis, após a conclusão do ensino superior.

$$\text{Valor da perpetuidade} = \frac{\text{R\$ } 48.300,60}{0,1067}$$

$$\text{Valor da perpetuidade} = \text{R\$ } 452.676,67$$

Calculou-se também este benefício trazido a valor presente, ou momento zero, apropriando ano a ano o valor agregado por estar cursando o ensino superior. Estimou-se uma média de 05 anos para o início e conclusão do curso escolhido. Dividiu-se a perpetuidade pela taxa de atualização, no caso 1,1067, pelo período de 05 vezes (ou cinco anos) e obteve-se os seguintes resultados; R\$ 272.670,76 para o ano 0, R\$ 301.764,73 para o ano 01, R\$ 333.963,02 para o ano 2, R\$ 369.569,88 para o ano 3, R\$ 409.032,86 para o ano 4 e R\$ 452.676,67 para o ano 05. Segue tabela abaixo para melhor visualização do plano calculado.

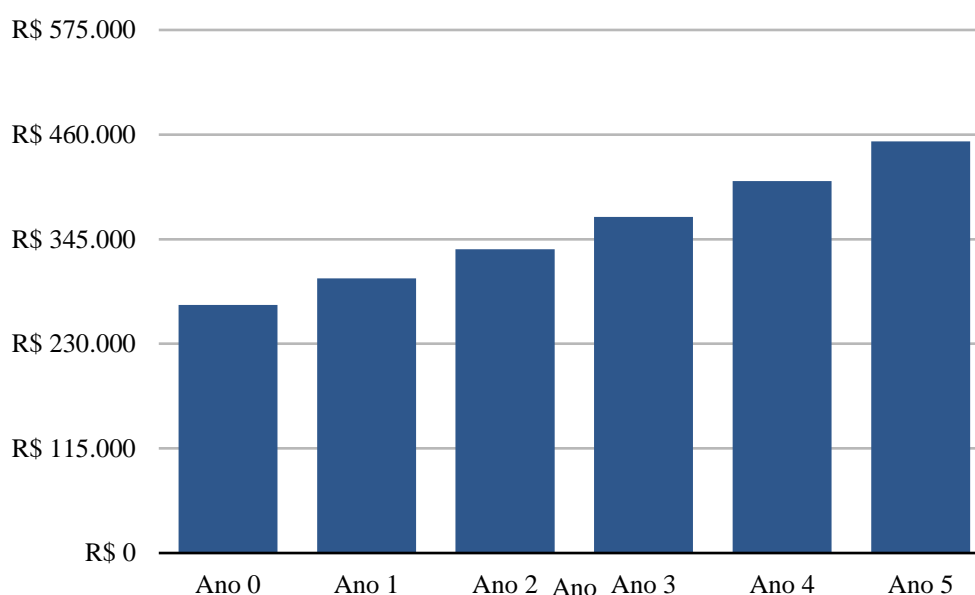


Figura 1 – Gráfico perpetuidade renda média dos estudantes do Projeto Integrar dividido por ano
Fonte: Dados trazidos pela própria autora (2016)

Exerceu-se também o mesmo cálculo, porém com base no salário mínimo brasileiro no ano de 2015, R\$ 788,00, para se fazer um comparativo. O valor da perpetuidade totalizou R\$ 88.622,30.

- Trabalhadores recebendo salário mínimo
- Trabalhadores do Projeto Integrar com ensino superior completo

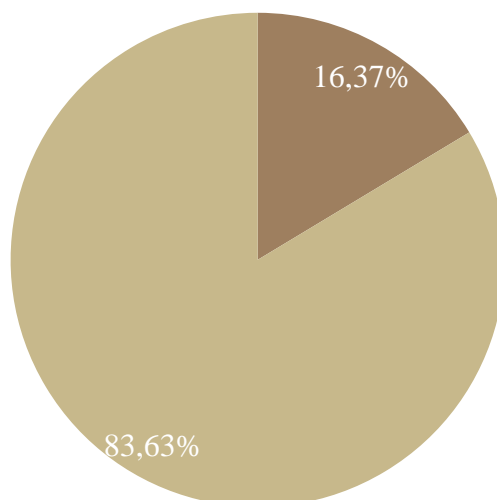


Figura 2 – Gráfico diferença de ganho entre um salário mínimo e a projeção de renda de um estudante do Projeto Integrar formado no ensino superior medido em porcentagem

Fonte: Dados trazidos pela própria autora (2016)

5. Considerações Finais

Para que se possa abrir portas ao conhecimento e cidadania, é fundamental que a sociedade enxergue a relevância da formação de nível superior conquistada, que veja na educação uma forma de inclusão e a tome como requisito decisivo e imprescindível para igualar oportunidades.

Observou-se, através do cálculo realizado neste artigo, a grande discrepância e o grande impacto monetário que formação gera para estes estudantes, afora os inúmeros e incontáveis benefícios não-monetários. A conclusão no ensino superior impacta no caminhar da formação das próximas gerações. Ao observar o resultado monetário que cada estudante do projeto Integrar receberá ao longo de sua vida com a formação do ensino superior, não pode-se fazer outra conclusão a não ser a de instigar e apoiar calorosamente este tipo de iniciativa. O acesso de pessoas de diferentes classes socioeconômicas no ensino superior, principalmente as de menor poder aquisitivo, implica melhorias no concerne à equidade de oportunidades. Permite a este cidadão melhor colocação profissional e remuneração, repercutindo também na sua autoestima, qualidade de vida e inserção à condições ambientais, culturais e sociais mais adequadas.

Nota-se evidente, portanto, que a inclusão social, seja destes alunos do projeto Integrar ou todos os outros, impulsiona o desenvolvimento não somente pessoal, mas socioeconômico.

Neste estudo, algumas questões foram levantadas e, através delas, comprovou-se que todo o conhecimento da área de controladoria, administração, finanças e afins, possuem muitas ferramentas importantes de gestão, tanto para um setor corporativo, quanto para o desenvolvimento social e econômico de um país. A viabilidade destes índices em qualquer uma das duas circunstâncias, é um fato real. Quem sabe, aplicando estas ferramentas também para o Terceiro Setor, se conseguirá uma melhor classificação nos índices de desenvolvimento do país.

6. Referências Bibliográficas

AHLERT, Alvorí. **Interfaces entre o público e o privado no ensino superior: olhares prospectivos sobre a educação comunitária pública não-estatal de identidade luterana no Brasil.** In: *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, v.15, p. 39-62, 2010, Colombia.

ARAÚJO, Adriana M. Procópio de; NETO, Alexandre Assaf; FREGONESI, Maria S. F do Amaral. **Gestão Baseada em Valor Aplicada ao Terceiro Setor.** Disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/downloads/ARTIGO_BALAS_AA_ADRIANA_MARIAN_A.pdf>. Acesso em: 05 de jun. 2016.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2007.

BURIGO, Fabio Luiz. **Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil.** Chapecó: Argos, 2010.

CATELLI, Armando. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001

CAVALCANTE, Francisco. **Cálculo da perpetuidade com e sem crescimento.** Ano 1. N° 15. Disponível em: <<http://www.cavalcanteassociados.com.br/utd/UpToDate015.pdf>>. Acesso em: 25 de mai. 2016.

CAVALCANTE, Francisco. ZEPPELINI, Paulo Dragaud. **O que é e como se calcula o valor residual pela perpetuidade.** N° 162. Disponível em: <<http://www.cavalcanteassociados.com.br/utd/UpToDate162.pdf>>. Acesso em: 25 de mai. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **1o Plano Nacional de Economia Solidária, 2015-2019.** Disponível em: <<http://www.mtps.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/conselho-nacional-de-economia-solidaria-cnes/resolucoes/item/547-plano-nacional-de-economia-solidaria>>. Acesso em: 14 de mai. 2016.

Cunha, M. F., Iara, R. N., & Rech, I. J. (2014). **O valor da perpetuidade na avaliação de empresas no Brasil.** In: *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(20), 17–31. doi:10.11606/rco.v8i20.55434

EDUCAÇÃO. In: *DICIONÁRIO Online Michaelis.* Melhoramentos, c1998-2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=educa%E7%E3o>>. Acesso em: 21 de março de 2016.

EUROPEAN COMMISSION. **Education and Trainig Monitor 2012.** Disponível em: <http://ec.europa.eu/education/library/publications/monitor12_en.pdf>, p. 11. Acesso em: 18 de mai. 2016.

FELICETTI, Vera-Lucia; CABRERA, Alberto F.; MOROSINI, Marília Costa. **Aluno ProUni: Impacto na instituição de educação superior e na sociedade.** In: *Revista Iberoamericana de Educación Superior (RIES)*, UNAMIISUE/Universia, vol. V, núm. 13, p. 21-39, México.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo Cesar. **Controladoria: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1997

GADOTTI, Moacir. **Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. In: *Congresso Internacional de Pedagogia Social*, 4., 2012, São Paulo.

IAG PUC – Disponível em: <<http://www.iag.puc-rio.br/~brandao/BNDES/Mat%20Fin%20BNDES.pdf>>. Acesso em: 21 de mai. 2016.

KLIEN, Ana Maria. **Educação Comunitária, Democracia e Direitos Humanos na escola**. Disponível em: <<http://edu-cacao.blogspot.com.br/2011/12/educacao-comunitaria-democracia-e.html>>. Acesso em 06 de jun. 2016.

LIESENBERG, Cíntia. **Terceiro setor: conceito e práticas**. In: *Com Ciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. 2006, São Paulo. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/>> . Acesso em: 28 de mai. 2016.

MAÑAS, Antônio Vico; MEDEIROS, Epitácio Ezequiel de. **Terceiro Setor: Um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento sócio-econômico**. In: *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v.2, n.2, p. 15-19, jul./dez.2012, João Pessoa.

MARQUES, Antonio Francisco et al., **Educação Comunitária: promovendo a construção da cidadania no bairro Ferradura Mirim**. In: *Educação em Revista*, Marília, v.10, n.1, p.63-80, jan.-jun. 2009.

MITRULIS, Eleny; PENIN, Sônia Teresinha de Sousa. **Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à equidade**. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 36, n. 128, p. 269-298, ago. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 05 jun. 2016.

NASCIMENTO, Auster Moreira e REGINATO, Luciane (orgs). **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NETO, Alexandre Assaf. **Crescimento dos fluxos de caixa na avaliação da perpetuidade de uma empresa**. Disponível em: <http://www.institutoassaf.com.br/downloads/AVALIAÇÃO_PERPETUIDADE.pdf>. Acesso em 04 de jun. 2016.

NUNES, Paulo. **Perpetuidade**. In: *Knoow.net Enciclopédia Temática*, Disponível em: <<http://knoow.net/ciencconempr/financas/perpetuidade/>>. Acesso em 03 de jun. 2016.

OLIVEIRA, Luis Martins de. **Controladoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Futura, 1998. **PERPETUIDADE**. In: *DICIONÁRIO Online de Português Dicio*, 2009-2016. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/perpetuidade/>>. Acesso em: 04 de jun. 2016.

PROJETO INTEGRAR. 2016. Disponível em: <<http://www.projetointegrar.org/integrar/>>. Acesso em: 03 de jun. 2016.

SÁ, Antônio Lopes de. **Controladoria e contabilidade aplicada à administração**. Curitiba: 2009.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de Almeida; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1, 2009, Brasil.

SELIGMAN, Edwin R. A. **Economia e ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

SILVA, Kenya Paula Gonsalves da. **Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Comunitária**. In: *II Congresso Internacional de Pedagogia Social*, 2., 2008, São Paulo.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002

SINGER, Paulo; SOUZA, André Ricardo de (orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. Coleção economia, p. 317.